

Tempo de chicanas e espertezas

No final da acareação no Conselho de Ética do Senado – na qual a ex-diretora do Prodases Regina Borges sepultou definitivamente até as mais ínfimas dúvidas que pudessem persistir sobre a culpa dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no crime da violação do sistema de votações da Casa –, o presidente do conselho, Ramez Tebet, quis colocar em votação alguns requerimentos encaminhados à Mesa. Com isso, daria por encerrada a apuração do episódio no Conselho de Ética, permitindo que o relator Roberto Saturnino Braga pudesse apresentar tão logo desejasse o seu parecer, que deverá recomendar a cassação dos mandatos de Antonio Carlos e Arruda por quebra de decoro parlamentar. A intenção de Tebet, porém, esbarrou no pedido de verificação de quórum, levantado pelo senador carlista Waldeck Ornélas. Dado que, àquela altura, apenas cinco membros do conselho permaneciam em plenário, Tebet foi obrigado a adiar a votação – ficando adiada também a entrega do parecer de Saturnino, que já não pretende aprontá-lo até a próxima quinta-feira, como havia prometido.

Começou assim a fase de chicanas regimentais, manobras protelatórias e espertezas políticas com que os carlistas esperam remeter pa-

ra o segundo semestre o desfecho da questão. O intuito de ganhar tempo tem dois claros objetivos. O primeiro é ampliar a margem de negociação, hoje praticamente irrigária, para que Antonio Carlos seja punido apenas com a suspensão temporária do exercício do mandato. Já no Conselho de Ética, os líderes do senador baiano tentarão bloquear a apreciação do relatório como uma peça única.

A idéia, além de adiar a decisão do colegiado, é desmembrar a votação do documento de modo a restringir a Arruda a cassação a ser proposta por Saturnino. A trama raia à obscenidade. A hipótese de castigos diferentes para os dois políticos igualmente imersos até a raiz dos cabelos na fraude do painel e no seu acobertamento é tão ofensiva à instituição parlamentar e aos brasileiros quanto a eventualidade de nenhum deles ser cassado.

O segundo e principal objetivo do plano de retardar a tramitação do caso é amortecer as pressões da opinião pública pela punição dos culpados. A acareação foi o ponto culminante de uma sucessão de espetáculos que deixaram patente a falsidade das alegações do ex-presi-

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

dente do Senado e do ex-líder do governo, em contraste com a autenticidade do testemunho da ex-diretora do Prodases que nada tem a esconder depois de ter confessado sem restrições a execução do crime encomendado. Ela não apenas tornou a confessar o delito, mas voltou a desnudar, com a consistência de seu relato, a falsidade das versões dos dois mandantes. À tranquila firmeza da funcional-

ria, que em momento algum se deixou intimidar por sua posição de subalternidade em relação a eles, somou-se a precisão das perguntas do relator Saturnino e a lucidez da intervenção do senador Jefferson Peres. O representante do Amazonas foi econômico nas indagações e devastador nos comentários às respostas recebidas. “Vamos deixar de eufemismos: tem gente mentindo aqui. Alguém está faltando com a verdade”, concluiu. A acareação poderia ter terminado nesse momento.

A partir de agora, os procedimentos previstos já não terão nem de longe a mesma carga dramática. E os carlistas acreditam que quanto mais conseguirem enredá-los em querelas regimentais tanto mais exasperado, cético e, afi-

nal, indiferente, ficaria o público, diante do que lhe parecerá um ritual ininteligível e, em última análise, a encenação de uma farsa. A tramitação, de fato, é complexa. Basta ver os seus primeiros passos. Se o Conselho de Ética aprovar o requerimento de abertura do processo contra os senadores, a Mesa do Senado, se acolhê-lo, pedirá um novo parecer – mas não tem prazo para isso. Se o parecer for acolhido pela Mesa,

Para escapar do castigo, a tática dos acusados é postergar o julgamento

a matéria voltará ao conselho, para que os acusados se defendam. Eles poderão pedir que novas testemunhas sejam ouvidas ou a juntada de novos documentos – e um

novo relator se manifestará pelo prosseguimento ou pela sustação do processo, o que, por sua vez, será objeto de outra votação.

Os carlistas esperam evitar que o assunto entre na pauta de votações do Senado antes do recesso de julho para arrefecer de vez a pressão da população. As forças mais representativas da sociedade e as lideranças políticas empenhadas na defesa da ética não podem permitir que isso aconteça.